

Mocambos e mapas nas minas: novas fontes para a história social dos quilombos no Brasil

(Minas Gerais — séc. XVIII)*

Flávio dos Santos Gomes

Enquanto durou a escravidão nas Américas, em especial no Brasil, os cativos tentaram reagir, de variadas formas, à dominação. Seja por meio das rebeliões nas plantações, da formação de quilombos, dos assassinatos de feitores e senhores, dos levantes e motins urbanos, seja pela fuga, os escravos, em busca de liberdade e espaços de autonomia, procuraram abrir infinitas brechas nas malhas do poder da sociedade escravista. As formas de luta e resistência nem sempre podiam ser explícitas. No cotidiano das fazendas e/ou das cidades, havia uma infinidade de manifestações endêmicas de pequenas lutas e enfrentamentos promovidos pelos cativos, indo desde a sabotagem na produção até os sarcasmos proferidos diante de feitores e senhores. É nessa complexidade de ações, entre outras coisas, que podemos perceber parte de um processo, no qual os escravos foram sujeitos de sua própria história.

A fuga e a formação de comunidades de escravos fugiti-

*Este texto constitui uma versão preliminar dos primeiros resultados da pesquisa em andamento sobre os mapas de quilombos, na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII.

vos, mesmo sem serem preferenciais, destacam-se como formas significativas da resistência escrava. As análises a respeito dos processos de fuga e de aquilombamento no Brasil escravista, diferentemente das áreas do Caribe e Sul dos Estados Unidos, têm avançado muito pouco.

O objetivo deste artigo divide-se em duas partes. Na primeira, realizamos uma breve discussão a respeito da historiografia brasileira sobre os mocambos e a resistência escrava. Abordaremos de que maneira os modelos explicativos formulados para estes temas estavam permeados de visões cristalizadas e polarizadoras. Ora as estratégias de enfrentamentos dos quilombolas eram vistas, tão-somente, como "resistência cultural", ora como a genuína "negação do sistema escravista", enfatizando-se apenas o aspecto econômico.

Já na segunda parte, apresentamos várias reflexões iniciais sobre algumas fontes inéditas a respeito dos quilombos brasileiros. A partir de uma documentação original, no caso seis plantas de mocambos localizados na capitania de Minas Gerais no século XVIII, analisaremos diversas perspectivas a respeito das possíveis estruturas sócio-econômicas e simbólicas-rituais nas quais podiam se organizar alguns mocambos no Brasil.

Mapeando a historiografia

A escravidão no Brasil teria sido boa ou má? Esta foi, sem dúvida, a questão central que norteou os debates na historiografia brasileira em torno do tema da escravidão. Baseando-se nos pressupostos de Gilberto Freire,¹ que defendia a

idéia da benignidade da escravidão brasileira, as interpretações que apontavam o aspecto patriarcal e paternalista da sociedade escravista brasileira ganham força. Seguindo as trilhas dessas análises, o debate sobre a benignidade ou não do sistema escravista no Brasil estende-se aos estudos que visavam comparar os aspectos essenciais dos sistemas escravistas que vigoraram no Brasil e nos Estados Unidos.²

Estas análises são, porém, revistas, de forma definitiva, com os estudos historiográficos dos anos 1960. Contestam-se as interpretações anteriores que viam a escravidão no Brasil como sendo "branda". Procurava-se, assim, com interpretações críticas, desmistificar os pressupostos que ressaltavam a passividade e a submissão dos escravos no Brasil. Ao contrário das visões anteriores, a escravidão era descrita como sendo um regime cruel e violento. Estas condições determinantes de sua existência teriam, entre outras coisas, despersonalizado e coisificado os cativos, e, desta maneira, os diversos processos sociais por eles vivenciados.³ Além disso, alguns desses autores revisionistas destacaram em suas análises os atos de rebeldia dos escravos. Ressaltava-se, assim, a resistência escrava como tão-somente um fator determinante das reações dos cativos à violência impostas por seus senhores, e às condições em que viviam e trabalhavam.⁴

Dando ênfase aos estudos que destacavam as análises relativas à rebeldia do escravo no Brasil, esta corrente historiográfica revisionista caiu no extremo oposto das reflexões anteriores, grande parte das quais pautada nos argumentos de Gilberto Freire, que ressaltavam o caráter "benigno" do sistema escravista brasileiro. A resistência escrava é apresentada, nesse sentido, de forma quase romântica. Os escravos passi-

vos e submissos das interpretações anteriores apareciam, agora, descritos pelos seus atos de heroísmo e bravura. Se para uma escravidão branda, na qual o senhor era camarada, o escravo aparecia como um ser submisso, numa escravidão violenta, com senhores cruéis, os cativos eram, então, rebeldes.

Paralelamente a este desenvolvimento da historiografia a respeito da escravidão no Brasil, surgem, já na década de 1930, os primeiros estudos, que tiveram como objetivo analisar a formação dos quilombos brasileiros organizados pelos escravos fugidos. Na tentativa de estabelecer uma classificação possível para tais estudos, empregamos as categorias *culturalistas* e *materialistas*, tendo em vista os mesmos significados, para efeito de análises, das abordagens propostas por João Reis ao examinar a historiografia relativa às revoltas escravas na Bahia, na primeira metade do século XIX.⁵

São nos estudos afro-brasileiros dos anos 1930 que surgem as primeiras abordagens centradas na formação dos mocambos na sociedade escravista do Brasil. Em parte, baseando-se nas obras pioneiras de Nina Rodrigues, alguns autores, com particular destaque para Artur Ramos, Edison Carneiro e, posteriormente, Roger Bastide, lançam mão de explicações pautadas em interpretações culturalistas para examinar os quilombos no Brasil. Para estes autores — afora algumas pequenas diferenças de argumentação num ou noutro —, a questão essencial para o entendimento dos mocambos brasileiros era o caráter de "contra-aculturação".⁶

O problema fundamental deste tipo de interpretação era a própria conceituação de cultura considerada. As concepções de cultura levadas em conta neste tipo de abordagem eram marcadas por explicações polarizadoras que as viam como

algo estático, não-passível de transformações históricas e de reelaborações. De um lado, colocava uma cultura branca e europeia: a cultura dos senhores. Do outro, aparecia a cultura negra e africana, que era a cultura dos escravos. Ambas eram descritas como sendo quase imóveis, somente interpenetrantes em ocasião de domínio absoluto de uma sobre a outra, no caso: a cultura branca, a dominação, e a cultura negra, a resistência.⁷ Não tendo como objetivo central possibilitar uma compreensão mais ampla e complexa dos mundos da escravidão, tais análises perdiam de vista abordagens que tivessem a preocupação de reconstituir os cenários das experiências e das relações sociais dinâmicas entre senhores e escravos, das lutas e agenciamentos por parte dos cativos e das formas de controle social público e privado levadas a cabo por autoridades e senhores. Enfim, estes autores reduziam os aspectos multifacetados da luta dos escravos a um conteúdo restauracionista das "sociedades africanas". Sendo assim, para tais estudos, os quilombos nunca tinham se constituído numa ameaça, de fato, à escravidão.

Centrando-se nas questões específicas da resistência negra, com particular destaque para as formas de luta coletiva, como os quilombos e as insurreições, surgem nos anos 1960 novos estudos. As concepções que apontam para uma escravidão brasileira "branda", com relações paternalistas entre senhores e escravos, que vimos inicialmente, são contestadas de forma definitiva. No contexto de interpretações materialistas inserem-se no debate historiográfico e, conseqüentemente, na discussão a respeito da resistência escrava questões relativas à luta de classes sob o escravismo.⁸ Mais uma vez ressaltava-se o caráter essencialmente violento da sociedade escravista brasileira, e, deste modo, os atos de rebeldia coletiva dos escravos passam a ser destacados.⁹

Procurando matizar alguns dos aspectos essenciais dessas análises polarizadoras, estudos mais recentes — com novas abordagens — têm ampliado consideravelmente os horizontes de reflexões a respeito da história social da escravidão no Brasil. Dentre os temas que aparecem com destaque nessas abordagens mais recentes da historiografia brasileira, podemos citar, entre outros: paternalismo, controle social e agenciamentos por parte dos escravos no cotidiano da escravidão, cultura negra, revoltas e resistência escrava, família, relações entre cativos e abolicionistas, racismo entre brancos, escravos e negros no final do século XIX, alforrias e tráfico de escravos.

Na perspectiva dessas novas abordagens relativas à história social da escravidão no Brasil, ocorre também a ampliação do debate teórico e metodológico. Seguindo trilhas e pistas mais recentes a respeito de variados temas que envolveram luta de classes, criminalidade, processo histórico e cultura na experiência dos movimentos sociais, estes novos estudos tiveram como eixo central a percepção das relações sociais da sociedade escravista a partir do exame das condições históricas e experiências concretas por seus agentes. Recuperava-se, assim, a lógica das ações dos seus principais sujeitos históricos: senhores e escravos.

Seguindo outros mapas

Em meados de 1769, o mestre-de-campo Inácio Correia de Pamplona iniciava uma longa jornada pelo sertão da capitania das Minas Gerais, mais especificamente as regiões de Campo Grande, Caieté e Paracatu. Esta expedição tinha os

seguintes objetivos: desbravar novas terras, descobrir outras áreas para a mineração e destruir alguns mocambos. Esta longa jornada parece ter sido proveitosa. Entre os meses de agosto e novembro de 1769, tal expedição percorreu centenas de léguas em busca de ouro. Desbravaram-se novos caminhos. Vilas e arraiais foram fundados. Ergueram-se capelas, pontes e igrejas. Extensivas lavouras foram estabelecidas. Escravos fugidos foram capturados e alguns mocambos acabaram incendiados e destruídos.

Interessa-nos aqui, por ora, analisar tão-somente as seis plantas de mocambos desenhadas por ocasião desta expedição. Por determinação do referido mestre-de-campo, foi "mandado fazer um mapa de todo o país que fosse avançado na viagem". Além do mapa do percurso da jornada, marcando todas as propriedades, povoações, rios, igrejas, pontes, capelas, etc., desenhou-se também as plantas de seis mocambos então encontrados.

Esta original e inédita documentação encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Ela faz parte da Coleção Ottoni, que possui o arquivo do conde de Valadares com cerca doze códices, reunindo 3.671 documentos manuscritos.¹⁰ Iniciamos a pesquisa junto a estas plantas em fins de 1992. Na ocasião, já nos tínhamos entusiasmado com a riqueza desta documentação e, mais ainda, com o ineditismo destas plantas enquanto fontes únicas para o empreendimento de novas abordagens relativas aos quilombos no Brasil. Ao que se sabe, a única planta de quilombo brasileiro que se tem notícia foi encontrada por Stuart Schwartz em arquivos coloniais. Trata-se da planta do quilombo do Buraco de Tatu, que se localizava na capitania da Bahia, e foi destruído em 1763.¹¹

No caso dos mocambos mineiros, em 1769, localizamos as plantas referentes ao quilombo de "São Gonçalo", ao "quilombo de um dos braços da perdição", ao "quilombo dos Santos Fortes", ao "quilombo chamado Rio da Perdição", ao "quilombo do Ambrósio" e ao "quilombo da Sambabaia".

A capitania das Minas Gerais, ao longo do século XVIII, era infestada de mocambos por toda a parte. Segundo um levantamento de Waldemar de Almeida Barbosa, efetuado na década de 1970, existiram cerca de quarenta quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Já a pesquisa mais completa e recente de Carlos Magno Guimarães indica a existência de 127 quilombos.¹²

O certo é que, desde o final do século XVII, as autoridades coloniais preocupavam-se com os quilombos que surgiam em várias regiões da capitania de Minas Gerais. Em 1711, as autoridades já concediam patentes aos "homens-do-mato" para que eles perseguissem quilombolas. Alguns mocambos eram, todavia, descobertos por acaso. Diversas expedições, organizadas com o objetivo principal de procurar novas áreas auríferas pelo interior da capitania, acabavam encontrando no caminho vários mocambos, muitos dos quais já abandonados por seus habitantes quilombolas. No início do século XVIII, descobriu-se acidentalmente o quilombo da "Casa da Casca". Já em 1745, quando da realização de uma expedição à procura de ouro, foi descoberto o quilombo de "Araçuaí". O alferes Bento Rebello, em 1766, quando caçava, acabou encontrando o quilombo de "Pitangui". Em 1768, descobriu-se um mocambo entre as cabeceiras dos rios Indaiá e Abaeté.¹³

Juntamente com o contrabando de ouro e diamantes, os

mocambos mineiros eram considerados problemas crônicos para as autoridades coloniais. Existiam, assim, mocambos por toda a parte. Em 1777, as autoridades coloniais mineiras preocupavam-se com os quilombolas que cometiam "atrozes delictos", sendo "com mayor escandalo no Termo de Mariana, onde infestão as estradas públicas, e assaltarão as fazendas, assoutando nellas homens brancos, e violentando as mulheres".¹⁴

De um modo geral, as fontes manuscritas disponíveis para os estudos sobre os quilombos brasileiros pouco informam quanto às suas estruturas internas. O nosso olhar sobre os mocambos no Brasil fica, portanto, sempre restrito aos enfrentamentos e capturas dos quilombolas. Dados sobre a economia e a organização interna dos quilombolas aparecem na documentação disponível, geralmente, de forma escassa e fragmentada. Trabalhos mais recentes sobre os quilombos no Brasil por intermédio da arqueologia têm revelado a importância da pesquisa histórica junto a outras fontes.¹⁵

Essas plantas dos mocambos mineiros permitem-nos, portanto, fazer algumas aproximações e novas abordagens sobre as possíveis organizações sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas forjadas em torno das comunidades de fugitivos escravos no Brasil. Um olhar mais profundo sobre elas, assim como o cruzamento com outras fontes históricas e a bibliografia mais recente, pode nos revelar vários aspectos destes mocambos: práticas econômicas, estratégias de defesa, moradia e significados rituais e culturais na organização interna dos quilombolas.

Organização interna e cultura

Com relação à organização interna, destaca-se, inicialmente, nestas plantas, a disposição espacial das "casas" (habitação) nestes mocambos. Além das "casas" propriamente ditas dos quilombolas, temos outros tipos de edifícios como: a "casa de tear", a "casa de pilões", a "casa do Concelho" e as "casas de ferreiro". É interessante notar que estes outros tipos de "casas" estavam localizados no centro dos mocambos ou então mais afastadas e/ou distantes das demais. Embora não possuamos informações detalhadas e pesquisas conclusivas a este respeito, é possível especularmos sobre a organização social deste mocambo a partir da disposição espacial das "casas". As "casas" de "ferreiros", e/ou aquelas do "Concelho", suas funções e localizações, por exemplo, podiam estar relacionadas, inclusive, com significados religiosos (também rituais) de origem africana reinventados nos mocambos formados no Brasil. Ao que se sabe, os ferreiros tinham grande proeminência em vários grupos étnicos das regiões africanas de língua Bantu (grupos étnicos de africanos mais representativos no tráfico negreiro para o Brasil, principalmente para Minas Gerais ao longo do século XVIII).¹⁶

Essas reinvenções culturais de práticas africanas podiam acontecer no Brasil, tanto entre os escravos como entre os quilombolas. No "quilombo de um dos braços da perdição", destacam-se ainda, além das "casas" dos quilombolas (provavelmente suas habitações), a "casa de tear" e a "casa do rei". Esta última ficava justamente no centro das outras. Já no quilombo chamado "Rio da perdição", aparece, igualmente, com destaque, a "casa do Concelho" (seria o ponto de reunião

das lideranças deste mocambo ou então local de realizações de cultos religiosos e cerimônias ?), que ficava próxima à "casa do tear". Quanto ao "quilombo da Sambabaia", o desenho da planta indica a existência da "casa de audiência com assentos", localizada mais distante. Enquanto isso, a "casa e forje de ferreiro" ficava bem no centro das outras "casas".

A localização, as designações e as funções de tais "casas" sugerem também a existência de uma organização social (quem sabe militar e/ou religiosa) no interior destes mocambos. Além da possível proeminência do "ferreiro", indica, por exemplo, que havia a presença de "reis" em alguns mocambos. Igualmente, esta possível organização, por sua vez, pode ter se originado não só da reinvenção de práticas culturais africanas como, também, da recriação cultural original dos quilombolas brasileiros.

Quanto à localização das "casas" nas indicações das plantas dos mocambos mineiros, destacamos ainda que, no "quilombo de São Gonçalo", aparecem duas "casas" sem qualquer denominação, bem afastadas das demais. Seriam estas casas a moradia dos "reis" deste quilombo? Na planta do mocambo baiano do "Buraco de Tatu", Schwartz também destacou a localização de nove casas "separadas da parte principal do povoado". Ele sugeriu que estas habitações separadas podiam indicar "simplesmente recém-chegados", "liderança política dividida", "residência de uma linhagem incapaz de viver no povoado principal" ou então a moradia de "um grupo etário do sexo masculino ao qual se determinava que vivesse separadamente".¹⁷ Com relação ao "quilombo de São Gonçalo", cabem também algumas especulações. Podia tratar-se da moradia de "reis" ou então de lideranças religiosas

do quilombo, onde poderiam ser realizadas algumas cerimônias sagradas ou profanas. Como indícios sugestivos nesta direção, podemos citar as descrições de Balandier sobre a África. Destaca este que em alguns povos do Reino do Congo (sécs. XVI a XVIII) as casas dos chefes eram separadas, tinham significados sagrados e o acesso a elas proibido aos outros habitantes, podendo os infratores ser punidos.¹⁸

Outros possíveis aspectos das organizações internas dos mocambos mineiros do século XVIII podem ser revelados por estas plantas (pelo menos hipóteses e reflexões iniciais). Dentre eles destacam-se: a população dos mocambos, as estruturas das habitações e as estratégias familiares. Aliás, tais fatores poderiam estar, também, relacionados a significados rituais sócio-religiosos. As plantas evidenciam, por exemplo, que estes mocambos não eram muito grandes. Com exceção do "quilombo do Ambrósio", com cerca de 33 "casas", nos outros cinco mocambos o número de habitações indicadas nas plantas variava entre oito e dezesseis. Outros quilombos mineiros poderiam ter, porém, estruturas para populações maiores. De qualquer maneira, quanto às plantas destes mocambos mineiros, não sabemos se tais "casas" indicadas eram grandes ou pequenas, correspondendo, no caso, a pequenas unidades familiares ou habitações coletivas bem maiores.

Também pouco sabemos sobre o perfil étnico dos quilombolas mineiros durante o século XVIII. A maioria deles eram africanos, mas havia, igualmente, escravos crioulos nos mocambos. As informações sobre quilombolas capturados são incompletas e dispersas, ficando difícil, portanto, estabelecer os padrões étnico-demográficos dos quilombolas. Embora a concentração de africanos nos mocambos fosse grande em

virtude da própria presença massiva deles no conjunto da população escrava, existem também evidências da participação de escravos crioulos nos quilombos mineiros setecentista. Além disso, os quilombolas africanos podiam ser de origens étnicas diversas (para uma análise dos padrões de naturalidade da população escrava no início do século XVIII em algumas áreas da capitania de Minas, ver os gráficos em anexo).¹⁹ A propósito, num mocambo atacado em 1768 ("Quilombo de Pedra Menina"), foram capturados dez quilombolas, sendo cinco homens e cinco mulheres. Os homens eram todos africanos (três de origem "Angola" e dois "Benguela"). Já as mulheres, duas eram africanas (uma de origem "Mina" e outra de origem "Angola") e três crioulas.²⁰

Com relação à estrutura das moradias encontradas nos mocambos, temos poucas evidências. De uma maneira geral, a documentação disponível informa apenas sobre a existência de "ranchos" (algumas indicações falam apenas que eram feitos de "palha", porém pouco sabemos sobre o seu tamanho, sua estrutura espacial e o material com que eram construídos e revestidos). Quanto a esta questão, pesquisas de arqueologia histórica têm revelado dados (ainda não conclusivos) interessantes. Com relação aos mocambos mineiros, mais especificamente no "Quilombo do Ambrósio", sabe-se, mediante vestígios ("blocos de barro") encontrados em sítios arqueológicos, que as habitações dos quilombolas eram construídas de pau-a-pique e de barro. Elas tinham tamanho e formas diversos. Segundo Guimarães, este tipo de arquitetura de pau-a-pique com cobertura vegetal era comum entre "escravos, forros e população miserável" na sociedade escravista mineira nos séculos XVIII e XIX.²¹ Talvez esta técnica de construção também tenha sido uma recriação de origem africana nos mo-

cambos mineiros. As descrições das habitações africanas (reinos do Congo, Matamba e Angola) feitas pelo missionário capuchinho Cavazzi da Montecuccolo apontam também para construções deste tipo, ou seja, habitações "entrelaçadas com palha", sendo o "tecto formado com folhas de palmeira ou com outras canas finas e resistentes".²² As descrições do referido missionário são confirmadas por Balandier, porém este acrescenta que o formato destas habitações africanas era retangular.²³ Podemos, por fim, sugerir que a organização interna destes mocambos mineiros podia, igualmente, ligar-se não só à disposição espacial das suas "casas", ao número de habitantes, à proeminência de líderes religiosos e "ferreiros", à estrutura familiar, como também às práticas econômicas neles desenvolvidas.

No tocante à cultura material gestada nos mocambos brasileiros, as pesquisas e as fontes históricas disponíveis têm avançado muito pouco. Em pesquisas arqueológicas, Guimarães encontrou "um painel de pinturas confeccionado por quilombolas". Este, segundo ele, "apresenta à primeira vista uma tentativa de representações de alguma festa religiosa na qual se percebem vestígios de aculturação (uma das representações sugere um altar católico). Outra representação neste mesmo painel sugere uma movimentação intensa, como se fosse uma dança executada por indivíduos devidamente caracterizados".²⁴

Economia

Um dos aspectos também reveladores destas plantas dos quilombos mineiros diz respeito à sua organização econômica.

Todas essas plantas trazem indicações como: "horta", "algodão", "mandioca", "roça", "milho plantado", etc.²⁵ Ao que parece, todos esses mocambos dedicavam-se — entre outras práticas econômicas — à agricultura. Não sabemos, por exemplo, se tais atividades agrícolas eram apenas para a subsistência ou se os quilombolas também produziam excedentes, visando efetuar trocas mercantis com taberneiros, pequenos lavradores, mineradores e outros escravos. A indicação da existência de "casas de ferreiro", "casa de tear", "casas de pilões" e "cortume de couros" nestes mocambos sugere que a economia deles podia ser complexa, ou seja, estes quilombolas podiam manter algumas lavouras, fabricar farinha em seus "pilões", utilizar teares para produzir suas próprias vestimentas, manejar forjas de ferreiro para fabricar utensílios, ferramentas e até armas, e conseguir, por meio da caça, não só carne para complementar sua dieta alimentar, como também couros e sebos, os quais poderiam negociar.

Estudando os mocambos mineiros nesse período colonial, Guimarães destaca que as principais atividades econômicas dos quilombolas eram: a agricultura, o roubo e a mineração. Quanto à agricultura, nos quilombos mineiros são vários os indícios. Em 1733, informações sobre as dificuldades de destruir o quilombo de Mariana davam conta que os quilombolas "se refugiavam e refaziam [o mocambo] por terem nele roças, o que era muito preciso atalhar-se". Na própria região de Campo Grande, em 1759, uma expedição enviada destruiu dois mocambos, sendo encontrados "muitos mantimentos e grandes roçarias para o ano futuro". Na comarca de Parnaíba, em 1766, acharam-se "copiosas lavouras e mantimentos recolhidos em paiós". Nesse mesmo ano, foi destruído o quilombo de Pitangui, inclusive as "plantas de roças, que tinham fabricado, de milho, feijão, algodão, melancias e mais frutas".²⁶

Quanto aos quilombolas mineiros, podiam igualmente complementar sua economia mediante o roubo e a mineração. Segundo Almeida Barbosa, enquanto em outras comunidades mineiras de fugitivos os quilombos tinham "suas próprias roças", na região mineradora de Diamantina, no século XVIII, os fugitivos dedicavam-se inteiramente ao garimpo, abastecendo-se de suprimentos com "os brancos".²⁷ Guimarães, por sua vez, criticou esta generalização, porém, em sua pesquisa arqueológica a respeito de alguns quilombos mineiros localizados próximo a Diamantina, concluiu que "não foi encontrado em suas imediações nenhum vestígio de atividade agrícola que permitisse suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares".²⁸ De qualquer modo, as diversificadas atividades econômicas praticadas em torno dos mocambos poderiam alcançar uma complexa rede comercial clandestina. Mediante permanentes trocas mercantis, os quilombolas, certamente, procuravam abastecer-se, mantendo, inclusive, contatos e solidariedades com outros grupos sociais: taberneiros, indígenas, criminosos brancos, escravos, mineradores, etc.²⁹

Para além das trocas mercantis, esta rede de relações mantida pelos quilombolas podia aumentar os recursos dos cativos, que podiam negociar excedentes de suas economias próprias ou então de roubos (inclusive diamantes e ouro, no caso dos escravos que trabalhavam na mineração). Por outro lado, havia neste contexto trocas sociais e culturais entre os quilombolas e aqueles que permaneciam escravos. Nas áreas mineiras, negras quitandeiras eram denunciadas por manterem "vendas de bebidas e comestíveis", posto que nestas "mesmas casas vêm prover-se do necessário os negros salteadores dos quilombos, tomando notícia das pessoas a quem hão de roubar e as partes por onde lhes convier entrar e sair, o que tudo

fazem mais facilmente achando ajuda e agasalho nestas negras que os assistem nas vendas". Em 1781, o alferes Muniz de Medeiros foi denunciado por manter "uma venda oculta onde os negros fugidos e garimpeiros iam prover-se de mantimentos". O referido alferes tentou livrar-se de tal acusação, porém, outras informações davam conta de que ele, de fato, mantinha tais relações comerciais ilícitas, pois "nunca deixou de haver quilombos ao pé de sua casa, e com tanta liberdade que até suas escravas iam durante o dia ao quilombo conversar com os negros fugidos".³⁰ Em Vila Rica, em 1796, o escravo Ventura, pertencente a Custódio de Freitas, foi acusado de também manter contatos com os quilombos locais, "dando ajuda, azilo, a favor dos fugidos". Acusava-se ele de levar "três a quatro bestas" de mantimentos para os mocambos, e que "acolhia em suas senzalas" alguns quilombolas. Quando da realização de uma expedição a tal quilombo, foram encontrados "não só mantimentos com abundância como panelas que estavam ao fogo com comida que se estava fazendo".³¹

As indicações nestas plantas dos mocambos da existência de consideráveis lavouras podem revelar que estes quilombolas mineiros as mantinham para o abastecimento de mineradores e fiscadores. Estudos mais recentes, principalmente do historiador Carlos Magno Guimarães para a região das Minas Gerais, no século XVIII, têm destacado de que modo os quilombolas, em alguns contextos, podem ter se transformado em pequenos camponeses; ou seja, por suas atividades econômicas procuravam manter relações permanentes de trocas, tanto econômicas como sociais, com outros setores da sociedade escravista.³² Quanto a esta questão, pesquisando as comunidades de escravos fugitivos na província do Rio de

Janeiro ao longo do século XIX, analisamos como as comunidades quilombolas forjaram um espaço de luta original *dentro* da própria escravidão, sem o aspecto "marginal" apontado por estudos anteriores.³³

Sistema e estratégias de defesa

Um outro fator revelador nestas plantas de mocambos é o sistema de defesa adotado pelos quilombolas para conter os constantes ataques das expedições reescravizadoras. Como sistema de defesa, eles utilizavam falsas "entradas com fojos", "fossos", "saída com estrepes", "trincheiras", "brejos com buracos", além de "goritas", onde vigias procuravam avistar qualquer movimentação de tropas enviadas para destruir os mocambos. Também a prática de abandonar rapidamente os mocambos era muito comum. Fugir de determinado confronto, onde, por certo, levariam desvantagem, tanto bélica como numérica, para se reagruparem em outro local, poderia ser também uma estratégia de defesa útil para os quilombolas.

Os quilombolas brasileiros, de maneira geral, adotavam variadas táticas de guerrilhas. Tais táticas podiam ser fruto tanto das experiências de lutas intertribais e contra os colonizadores europeus na África, que muitos africanos escravizados trouxeram, adaptando-as às suas experiências no Brasil, como também das recriações de estratégias de luta de escravos crioulos que podiam se valer, entre outras coisas, das experiências de enfrentamentos aprendidas com os índios brasileiros. No caso dos mocambos mineiros, segundo as indicações das referidas plantas, a colocação de falsas entradas

("picadas") para os quilombos, com trincheiras, fossos e estrepes, pode estar relacionada, entre outras coisas, com práticas de defesa de origens africanas, possuindo, inclusive, significados simbólicos. Segundo Karl Laman, missionário que visitou a região do Congo nos fins do século XIX, muitos povos africanos (ele destaca os "Sundi") tinham o costume de manter caminhos secretos de fugas em suas aldeias. Em alguns destes caminhos, eram cavados buracos e preparados fossos com varas ponteagudas. Tais procedimentos funcionavam como eficazes táticas militares, servindo de armadilhas contra os ataques de inimigos.³⁴ Já o oficial português Cadornega, ao narrar as guerras angolanas em meados do século XVII, destaca a utilização militar de "fosso" e "trincheiras" pelos africanos.³⁵

Não obstante, as imagens desenhadas pela historiografia moderna, de que o embate militar entre europeus e populações nativas no continente africano foi marcado pela superioridade técnica dos primeiros, têm sido reformuladas por estudos mais recentes. Segundo Thornton, no século XVI, os portugueses encontraram na África reinos angolanos com exércitos permanentes que possuíam táticas militares sofisticadas.³⁶

Além disso, mesmo sendo guiadas por escravos traidores ou quilombolas capturados, capitães-do-mato, índios e mateiros, as tropas ainda enfrentavam o perigo das constantes emboscadas ou armadilhas naturais preparadas pelos quilombolas no interior da floresta.³⁷ Os integrantes das expedições punitivas contra quilombolas temiam permanecer muito tempo no interior das florestas e das matas. Segundo o relato da expedição do mestre-de-campo Inácio Pamplona, por exemplo, houve muito receio quando foi divulgada a "notícia de que acharam rastos de negros, que nos andavam espreitando". Os guias "mateiros" durante a noite avistavam "fogos" em locais

das serras circunvizinhas, o que representava "um grande perigo", uma vez "que os quilombos eram muitos para aquela parte, segundo os sinais dos mesmos fogos". O próprio relator destacou que "era evidente sinal e verdadeiro aquele fogo de haver por ali perto negros, porém, que estes estariam mais amarrados ao sertão, ou mais em uma parte, ou mais em outra, mas como não tinham guia para guiar à paragem e habitação dos mesmos negros, toda a diligência era frustrada, balçada e perigosa".³⁸

Nem sempre as expedições eram guiadas, verdadeiramente, para os reais esconderijos dos quilombolas. A propósito, nas tentativas para destruir o Quilombo do Sapucaí, o governador das Minas frisava, em 1759, que: "dizem ser maior [mocambo], digo mais povoado, e antigo desta capitania, e a causa de não se ter assaltado este quilombo tem sido o engano que os negros que servem de guias têm feito para que não saibam do dito quilombo".³⁹ Nem sempre, as diligências seguiam extensas trilhas já abertas na mata e, quando acreditavam próximas a encontrar os mocambos, viam-se cercadas por prolongadas valas cheias de estrepes envenenados onde muitos soldados precipitavam-se.

Como indicam as referidas plantas, as estratégias de defesa dos mocambos mineiros, relacionadas à utilização de "estrepes", "fossos", "falsas" entradas e "trincheiras", foram amplamente utilizadas. A documentação manuscrita apresenta vários indícios nesta direção. Em 1746, os quilombolas do Campo Grande "defenderam-se no palanque com grande resolução, mais de 24 horas, de sorte que foi preciso atacá-los com fogo e dar o terceiro assalto para render uma forma de trincheira a que se recolheram depois de destruído o primeiro

palanque". Já na tentativa de ataque ao quilombo da Pedra da Menina, em 1768, a tropa "deu repentinamente com o quilombo de dia e, estava cercado com um valo falso cheio de estrepes aonde caíram sete soldados e se maltrataram suposto não houve morte, serviu de desordem para melhor poderem fugir os negros".⁴⁰ Destaca-se, ainda, que pesquisas recentes acharam vestígios de "fossos" nos sítios arqueológicos do Quilombo do Ambrósio e do Quilombo de Palmares.⁴¹

No Brasil, a localização da maioria dos mocambos era um importante fator para as suas economias e sistemas de defesa. Em Minas, as evidências nesta direção, tanto nas plantas como na documentação manuscrita e nas pesquisas arqueológicas, são reveladoras. Há indicações de que os mocambos mineiros estavam localizados em "pontos estratégicos" próximos a estradas e, ao mesmo tempo, situados em "locais de difícil acesso".⁴² Guimarães destaca, ainda, que o "estabelecimento de quilombos próximos a rotas comerciais não se deu por acaso", pois existia a "necessidade de uma localização estratégica favorável ao exercício da atividade de saque". Cita, inclusive, como exemplos, as localizações de dois quilombos mineiros: o Quilombo do Ambrósio, que ficava próximo à picada que ligava as Minas a Goiás, e o Quilombo do Itambé, "que ficava próximo à estrada que ia para Sabará".⁴³

Também os quilombos mineiros situavam-se próximos a locais íngremes onde podiam colocar vigias para avisar seus habitantes a respeito de qualquer movimentação de tropas enviadas para destruí-los. Quanto a este fato, diziam as autoridades mineiras, em 1766, quando da realização de uma expedição ao Quilombo do Paranaíba, que, apesar de serem descobertos 76 "ranchos", só foram encontrados "oito negros

fugidos e não se apreendeu os restantes por serem sentidos pelas espias antes de chegarem ao dito quilombo". Já em 1759, um ataque contra os quilombolas da região de Campo Grande foi completamente frustrado, pois encontrou-se apenas um "grande quilombo" que estava abandonado, uma vez que os quilombolas tinham se evadido, percebendo o cerco das tropas.⁴⁴ A planta do Quilombo do Ambrósio, por exemplo, indica que ele se situava próximo a um "morro redondo que servia de guarita". Pesquisas identificaram, próximo aos sítios arqueológicos do Quilombo do Ambrósio, o local conhecido como "Morro do Espia", que seria o "ponto mais alto da região". As referidas plantas indicam igualmente que o Quilombo da Sambabaia ficava próximo a um "morro que servia de guarita". Já o quilombo "chamado rio da perdição" localizava-se entre dois morros: o "morro do Tigre" e o "morro do Urubu".⁴⁵ Escolhendo bem suas localizações, os mocambos poderiam conseguir ao mesmo tempo obter contatos com outros setores da sociedade escravista e manter razoável proteção.⁴⁶

Associado a esta questão de localização, estratégias de defesa e práticas econômicas, podemos levantar ainda um outro ponto interessante a partir dessas plantas dos mocambos mineiros. A expedição comandada pelo referido mestre-de-campo, em 1769, encontrou cerca de oito mocambos, entre aqueles atacados e/ou abandonados. Pode-se sugerir, por exemplo, que houvesse articulações sócio-econômicas, políticas, militares e culturais entre esses mocambos naquela região, ou seja, tais quilombolas podiam estar integrados, possibilitando a manutenção de trocas econômicas, além do que, quando das expedições punitivas, procuravam fugir para outros mocambos. Podia haver mesmo uma complementariedade econômica entre eles. Aliás, em 1759, a expedição comandada

por Bartolomeu Bueno, também na região de Campo Grande, encontrou vários mocambos não muito distantes uns dos outros, sendo alguns já abandonados: quilombo "Grande", quilombo do "Parnaíba, quilombo do "Andaial", quilombo da "serra da Marcela", quilombo do "Bambaí", quilombo do "Carega" e quilombo do "morro de Angola".⁴⁷ Como já destacamos, tal estratégia de abandonar os mocambos e reagrupar-se em outros locais era, de fato, muito utilizada por diversos quilombolas no Brasil. Vimos que na própria região de Campo Grande, onde se localizava o Quilombo do Ambrósio, informações davam conta da existência do quilombo "Grande" e do "pequeno quilombo". Aliás, as próprias autoridades sabiam que os quilombolas mineiros fugiam dos mocambos de "menos consideração", refugiando-se nas matas ou em outros quilombos mais para o interior.⁴⁸

Conclusões

Procuramos mostrar aqui como as organizações sociais em torno de algumas comunidades de escravos fugitivos no Brasil podiam ser complexas. Os mocambos em toda a América escravista forjaram comunidades e culturas originais. Para a região de Minas Gerais, no século XVIII, essas plantas de mocambos, a documentação manuscrita, as pesquisas arqueológicas e a bibliografia mais recente sobre cultura escrava (inclusive sobre as experiências culturais dos povos africanos) revelam de que modo as formas de organizações sociais dos quilombolas (práticas culturais, políticas, econômicas e militares) podem ter se constituído de reinvenções culturais a partir

de variadas origens étnicas africanas. Mais do que a formação de um mundo mítico quase "marginal" da resistência, tão-somente cultural e/ou econômica, estes quilombolas mineiros, como outros tantos no Brasil escravista, criaram um mundo novo e original para suas vidas. Um mundo, inclusive, que ajudou a transformar as experiências históricas daqueles que permaneciam escravos. Como frisaram Mintz e Price, os escravos africanos e seus descendentes nas Américas viveram, de fato, num "novo mundo", isto porque, no processo histórico de criação deste "mundo", eles recriaram suas próprias vidas.⁴⁹

Doutorando em História Social na UNICAMP e professor do Departamento de História da UFPa

Notas e referências bibliográficas

1. Ver Gilberto Freyre. *Casa-Grande e Senzala — formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.
2. Ver, por exemplo, Stanley Elkins M. *Slavery: a problem in American Institutional and Intellectual Life*. University of Chicago Press, 1959 e Frank Tannenbaum. *Slave and Citizen, The Negro in The Americas*. Nova York, Vintage Books, 1947.
3. Ver, entre outros: Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difel,

- 1962; Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 volumes, São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965 e Octávio Ianni. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difel, 1962.
4. Ver Décio Freitas. *Insurreições escravas*. Porto Alegre, Movimento, 1976; *O escravismo brasileiro*. 2ª. ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980; José Alípio Goulart. *Da fuga ao suicídio (Aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil)*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972; *Da palmatória ao patíbulo (Castigos de escravos no Brasil)*. Rio de Janeiro, Conquista, 1971; Luis Luna. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro, Leitura, 1968; Clóvis Moura. *Rebeliões de senzalas. Quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro, Ed. Zumbi, 1959 e Suely Robles Reis de Queiroz. *Escravidão negra em São Paulo (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX)*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1977.
 5. Cf.: João José Reis. "Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia". Em João José Reis. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 87-140.
 6. Ver: Roger Bastide. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1974 e *As religiões africanas no Brasil. Contribuição a uma sociologia das interpretações das civilizações*. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1985 (1ª ed. em 1971); Edisson Carneiro. *Quilombo de Palmares*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966 (1ª ed. em 1947); *Ladinos e crioulos (Estudos sobre o negro no Brasil)*. Rio de Ja-

- neiro, *Civilização Brasileira*, 1964; Arthur Ramos. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1942 (1ª ed. em 1932); *As culturas negras no Novo Mundo*. 3ª ed., São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1979 (1ª ed. em 1937); *O negro brasileiro*. 1ª ed., Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1935 e *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Casa do estudante do Brasil, 1953.
7. Uma análise que revê de forma crítica os aspectos e as dimensões da cultura afro-americana encontra-se em: Sidney W. Mintz e Richard Price. *An Anthropological Approach to the Afro-American Past: A Caribbean Perspective*. Filadélfia, ISHI, 1976.
 8. Para uma abordagem interessante sobre as interpretações marxistas a respeito da resitência escrava nos Estados Unidos, especialmente a obra clássica de Hebert Aptheker, ver: Herbert Shapiro. "Historiography an Slave: A class Approach". Em Gary Y. Okihiro (ed.). *Resistance. Studies in African, Caribbean and Afro-American History*. The Univerty of Massachusets Press, 1986, pp. 133-143. Maestri apresenta uma reflexão a respeito da historiografia sobre os quilombos no Brasil. Cf. Mário José Maestri Filho. "Em torno do quilombo". *História em Cadernos*. Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS — Mestrado em História, volume 2, número 2, 1984.
 9. Ver, entre outros: Clóvis Moura. *Op. cit. Os quilombos e a rebeldia negra*. São Paulo, Brasiliense, 1981; José Alípio Goulart. *Da fuga ao suicídio...op. cit.*; Décio Freitas. *Palmares: a guerra dos escravos*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1981; Luis Luna, *op. cit.*; Ariosvaldo Figueredo.

- O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe.* Rio de Janeiro, J. Álvário, 1977; Suely Robles Reis de Queiroz. *Escravidão negra em São Paulo* op. cit. e Ronaldo Marcos dos Santos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1850-1888).* São Paulo, IPE-USP, 1980.
10. O relatório desta expedição juntamente com os mapas e plantas foram publicados no 1º semestre de 1993 em: *Anais da Biblioteca Nacional*, volume 108 (1988), Rio de Janeiro, 1992, pp. 47-113.
 11. A planta do quilombo do "Buraco do Tatu" encontra-se publicada em: Stuart B. Schwartz. "Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial". *Estudos Econômicos*, São Paulo, volume 17, número especial, 1987, pp. 17-61.
 12. Cf.: Waldemar de Almeida Barbosa. *Negros e quilombos em Minas Gerais*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1972 e Carlos Magno Guimarães. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Icone, 1988.
 13. Documentos citados por: Laura de Mello e Sousa. *Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 113 e Carlos Magno Guimarães. "Os quilombos do Século do Ouro". *Revista do Departamento de História*, número 6, julho 1988, p. 17.
 14. Biblioteca Nacional, *Seção de Manuscritos*, "Livro Segundo das cartas que o Ill. mo. e Ex. mo. Sr. D. Antônio

de Noronha, Cap. M. Gen. al da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 28 de mayo de 1776", Ofício de 5 de maio de 1777, p. 121 v. e 122.

15. Ver: Pedro Paulo A. Funari e Charles E. Jr. Oser. "Pesquisa arqueológica inicial em Palmares"., *Estudos ibero-americanos*, Porto Alegre (no prelo); Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Duarte Lanna. "Arqueologia dos quilombos em Minas Gerais". *Pesquisas: Antropologia*, São Leopoldo, (31):147-64, 1980 e Carlos Magno Guimarães. "O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia". *Estudos ibero-americanos*, Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra. Porto Alegre, 16 (1/2): 161-74, 1990.
16. Cf.: Georges Balandier. *Daily Life in the Kingdom of Kongo. From the Sixteenth to the Eighteenth Century*. Panteon Books, Nova York, 1968, pp.108-113 e 224-225.
17. Cf.: Stuart B.Schuwartz. *Op. cit.*, pp. 73 a 76.
18. Cf.: Georges.Balandier. *Op. cit.*, p. 146.
19. Consideramos os índices da população escrava mineira das localidades de: Vila Rica, São Bartolomeu, São Sebastião, Guarapiranga, Inficionado, Brumado, Baependi, Itaverava e destritos de São João del Rey em 1718. Os dados foram retirados de: Francisco Vidal Luna. *Características da massa escrava em Minas Gerais — século XVIII*. Relatório Final, IPE-FINEP, junho, 1980.

20. Documentos citados por: Carlos Magno Guimarães. "Quilombo e brecha camponesa...." *Op. cit.*, p.32.
21. Cf.: Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Duarte Lanna. "Quilombo do Ambrósio...." *Op.cit.*, p. 171.
22. Cf.: Antônio Cavazzi da Montecuccolo. *História e descrição de três reinos: Congo, Matamba e Angola*. Lisboa.
23. Cf.: Georges Balandier. *Op. cit.*, p. 141.
24. Cf.: Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Duarte Lanna. "Arqueologia de Quilombos...." *Op.cit.*, p. 160.
25. A propósito, há indicações de que diversas lavouras que aparecem em algumas plantas foram estabelecidas pelos integrantes da expedição. Segundo o relator, em determinada ocasião: "Depois montando se a cavalo e fomos a ua paragem chamada a Sambabaia onde tinha um quilombo de negros e ali plantamos ua roça de milho, feijão e alguidão, e se plantou um alqueire de milho". Cf.: *Anais da Biblioteca Nacional. Op.cit.*, p. 70.
26. Documentos citados em: Carlos Magno Guimarães. "Os quilombos do Século do Ouro...." *Op. cit.*, p.20 *et passim*.
27. Cf.: Waldemar de Almeida Barbosa. *Op. cit.*, p.73.
28. Cf.: Carlos Magno Guimarães. "Negação da ordem escravista"..... *Op. cit.*, p. 51 e Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Duarte Lanna. "Arqueologia de quilombos...." *Op.cit.*, p.160.

29. Para uma análise recente a respeito da gestação de redes econômicas e sociais em torno dos quilombos brasileiros, ver: Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro — século XIX*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1992. — Uma abordagem panorâmica sobre as comunidades de escravos fugidos nas Américas encontra-se em: Richard Price (ed.). *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the America*. 2ª ed., The Johns Hopkins University Press, 1979.
30. Documentos citados em: Laura de Mello e Sousa. *Op. cit.*, p. 113 e Carlos Magno Guimarães. "Negação da ordem escravista"...*Op.cit.*, p. 49 *et passim* e "Os quilombos do Século do Ouro....", pp. 27 e 28.
31. Biblioteca Nacional, *Seção de Manuscritos I - 48, 17,40 -* - "Auto de Denúncia de Antônio Alves Teixeira, Alcaide da Vila de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto contra Ventura, escravo de Custódio de Freitas", 8 de julho de 1796.
32. Cf.: Carlos Magno Guimarães. "Quilombos e a brecha camponesa..." *Op. cit.* Em artigo anterior, Guimarães e Reis chamaram atenção para a importância das atividades agrícolas nas regiões mineiradoras na 1ª metade do século XVIII. Ver: Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 1 (2): 7-36, jun. 1986.
33. Ver: Flávio dos Santos Gomes. *Op. cit.*

34. Ver: Karl Laman. *The Kongo*. Studia Ethnographica Upsaliensia, 4 volumes, 1953, volume I, p.86.
35. Ver: Antônio de Oliveira Cadornega. *História das guerras angolanas*. Lisboa, 1940.
36. Cf.: John K. Thornton. "The Art of War in Angola, 1575-1680". *Comparative Studies in Society and History*, volume 30, número 2, abril de 1988, pp. 368-371.
37. Cf.: Flávio dos Santos Gomes. *Op.cit.*, especialmente a seção: "estratégias e contra-estratégias", pp. 128-179.
38. Cf.: Anais da Biblioteca Nacional. *Op. cit.*, p. 71.
39. Documento citado em: Carlos Magno Guimarães. "Os quilombos do Século do Ouro..." *Op. cit.*, p.36.
40. Documento citado em: Carlos Magno Guimarães. "Os quilombos do Século do Ouro..." *Op. cit.*, p.36.
41. Ver: Pedro Paulo A. Funari e Charles E. Orser Jr., *op.cit.* e Carlos Magno Guimarães. "O Quilombo do Ambrósio..." *Op. cit.*
42. Cf.: Carlos Magno Guimarães. "O Quilombo do Ambrósio..." *Op. cit.*, p.170.
43. Cf.: Carlos Magno Guimarães. "Os Quilombos do Século do Ouro" *Op. Cit.*, p.33.
44. Cf.: GUIMARÃES, Carlos Magno. "Quilombos e brecha camponesa" *Op. cit.*

